



APRENDER UM OFÍCIO: JOHN LOCKE E OS PRINCÍPIOS MODERNOS DA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS¹

Profa. Dra. Andrea Abreu Astigarraga²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo resgatar os princípios do pensamento moderno sobre a formação humana de acordo com a contribuição de John Locke na obra *Pensamentos sobre Educação*. Verifica como os preceitos da epistemologia empirista influenciaram a relação entre trabalho e educação e educação de crianças.

Palavras-chave: Ofício - Educação de Crianças - Formação de Classe- - Epistemologia Empirista

ABSTRACT

Learn a Graft: John Locke and the Modern Principles of Education of Children This work aims to salvage the principles of the modern thought about the human formation based on the contribution of John Locke in *Pensamientos sobre la Educación* verifying how much his epistemological receipts influenced the relationship between work and education and the principles of childhood education.

Key-words: Work: Childhood Education - Formation of Class - Empiricism

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é resgatar os princípios do pensamento moderno sobre a formação humana a partir da contribuição de Locke nos *Pensamientos sobre La Educação*, verificando em que medida seus preceitos epistemológicos influenciaram a concepção de criança, de educação, a relação entre trabalho e educação e os princípios da educação infantil.

Formação humana é uma expressão polissêmica. Um dos entendimentos é a concepção

1 Revisão bibliográfica

2 Dra. em Educação, Ciências Humanas, Pedagogia, Profa. Adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú



utilitarista, adestramento mecanicista, fragmentadora das relações entre o pensar, o sentir, o imaginar, o brincar e o criar. Esta concepção fragmentada orienta as matrizes curriculares fundamentadas essencialmente na razão instrumental, cientificista. Também pode ser entendida como manifestação integral do indivíduo, ou seja, nos seus múltiplos aspectos, tanto racional quanto emocional, tanto individual quanto coletiva.

Ariès (1981) cita a obra *L'Honneste Garçon*, de M.Grenaille, publicado em 1643, como um dos exemplos das várias iniciativas na “arte de educar a nobreza na virtude, na ciência e em todos os exercícios convenientes à sua condição” (p. 137). Foi assim que os médicos do século XVIII, inspirados nos “jogos de exercícios”, na ginástica latina dos jesuítas, conceberam uma nova técnica de higiene corporal: a cultura física (Idem, p.113). Sob influência desta época, Locke também era prescrever indicações médico-pedagógicas ao jovem cavalheiro, filho de seu amigo Conde de Shaftesburg.

É neste contexto que o médico e epistemólogo John Locke (1632-1704) expressa a sua estreita relação orgânica com as inquietações e interesses de formação da classe ascendente à época: a burguesia. Ele é mais conhecido nos meios acadêmicos pelos seus estudos políticos, tais como as *Cartas acerca da Tolerância*, *Tratado sobre o Governo Civil* e seus estudos referentes à epistemologia empirista.

A contribuição educacional contidos em sua obra *Pensamientos sobre La Educação* (publicado em 1693) não é muito explorada na área educacional. Entendemos que nesta obra há elementos históricos importantes de reflexão sobre os princípios da educação de crianças. Idéias surgidas à época e consolidadas atualmente. Ao mesmo tempo, elementos criticáveis que persistem, tais como, a discriminação social e educacional infantil desconsiderando gênero e classe.

Inicialmente é necessário expor brevemente os fundamentos da concepção epistemológica defendida por Locke. Ele defende o empirismo e contrapõe-se ao inatismo. Esta epistemologia pressupõe a existência de idéias inatas no homem desde o seu nascimento e que, portanto, não derivam de qualquer experiência. A crítica ao inatismo, realizada por



Locke, levou-o a conceber a alma humana, no momento do nascimento, como uma “tábula rasa”, uma espécie de papel em branco, no qual inicialmente nada se encontra escrito.

Ocorre como nas fontes de alguns rios, onde uma hábil aplicação da mão processa flexíveis águas por canais que lhe fazem tomar um curso inteiramente contrário e esta direção que se lhes dá na fonte recebem diferentes tendências e chegam ao fim a lugares muito remotos e distantes (Locke, 1986, p.32)

Há claramente nessa citação referência aos pressupostos empiristas onde a influência do meio ambiente prepondera sobre o sujeito. Na analogia entre a ação do homem na natureza, na interferência direta sobre o leito do rio, percebe-se a mesma influência em certa “natureza infanto-juvenil” no processo educativo.

Os pressupostos pedagógicos de Locke estão pautados na formação de hábitos, pois para ele a prática leva à perfeição das potências da mente e do corpo. Portanto, as diferenças visíveis no entendimento e talento dos homens não surgem tanto das faculdades naturais como dos hábitos adquiridos. “De nada serve escutar as normas e amontoá-las na memória, se a prática não fixa o hábito de atuar sem refletir sobre a norma” (Ibidem).

Para Locke, se atribui à natureza o que, em uma medida muito maior, é o efeito do uso e da prática. Com frequência a disposição natural pode dar o primeiro impulso, porém com ele o homem nunca vai muito longe, se não o acompanha a prática e o exercício. Conclui que, se o homem adulto possui conhecimentos, se sua alma é um “papel impresso”, as idéias provenientes da experiência serão os seus conteúdos. Sua concepção epistemológica exposta até aqui será a base dos seus pensamentos sobre educação contidos no livro *Pensamientos sobre La educacion*. O que passamos a expor.

2. Premissas sobre trabalho e propriedade

Para resgatar os pensamentos sobre educação de Locke, iniciamos por suas premissas sobre trabalho-educação, presentes no *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. Esta obra



concede especial destaque à propriedade. Esta é considerada como direito natural e anterior à sociedade civil, mas não é um direito inato. A origem da propriedade reside na relação concreta entre o homem e as coisas, através do trabalho. Se, graças a este, o homem transforma as coisas, ele adquire o direito de propriedade:

O trabalho do seu corpo e a obra de suas mãos pode-se dizer, são propriedades suas. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence, e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele. Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, anexou-lhe por esse trabalho algo que o exclui do direito comum a outros homens (1991, p.227).

O trabalho é a origem e o fundamento da propriedade. As coisas sem trabalho têm pouco valor e mediante ele, elas deixam o estado em que se encontram na natureza, tornando-se propriedades. O Estado coletivo é algo natural. A propriedade privada é algo social e político. Com o trabalho o homem realiza e estabelece valor às coisas.

É na realidade, o trabalho que provoca a diferença de valor em tudo quanto existe. Considere qualquer um a diferença que existe entre um acre de terra plantado com fumo ou cana-de-açúcar, semeado de trigo ou cevada e um acre da mesma terra em comum sem qualquer cultura e verificará que o melhora

mento devido ao trabalho constituiu a maior parte do valor respectivo (...). Não pode haver demonstração mais clara de qualquer assunto do que várias nações da América as quais se mostram ricas em terras e pobres em todos os confortos da vida (Idem, p.232)

Vivendo em perfeita liberdade e igualdade no estado natural, o homem está exposto a certos inconvenientes. O principal é a possível inclinação no sentido de beneficiar-se a si próprio ou a seus amigos. Como consequência, o gozo da propriedade e a conservação da liberdade ficam ameaçados. Para evitar a concretização dessas ameaças, o homem abandona o estado natural e cria a sociedade política, através de um contrato não entre governantes e governados, mas entre homens igualmente livres. Para justificar o pacto social e o surgimento



da sociedade política, Locke afirma que: “A preservação da propriedade é o objetivo grande e principal da união dos homens em comunidade. Para esse objetivo, muitas coisas faltam no estado de natureza” (*Idem*, p.264)

Para Locke, a propriedade privada é estabelecida pelo esforço pessoal de cada um, ou seja, pelo trabalho. Se há maçãs em uma árvore, elas pertencem a todos, é um bem comum. No momento em que alguém faz a colheita delas, o trabalho estabeleceu uma distinção entre o comum e o direito privado de quem as colheu:

Embora a água que corre na fonte seja de todos, quem poderia duvidar que na bilha esteja somente a que pertence a quem a recolheu? Pelo trabalho tirou-a das mãos da natureza onde era comum e pertencia a todos e dela se apropriou para si (Locke, 1991, p.228).

A mesma lei da natureza que dá a propriedade, também limita a igualmente. Pergunta Locke: Se Deus nos deu tudo abundantemente, até que ponto nos deu? O limite da propriedade é o utilizável. Nesse contexto, Locke apresenta as idéias de útil e de excedente, “tanto quanto qualquer um pode usar com qualquer vantagem para a vida antes que se estrague, e pode fixar uma propriedade pelo próprio trabalho, o excedente ultrapassa a parte que lhe cabe e pertence a terceiros” (1991, p.229). O limite da propriedade e a justificativa para o esforço-trabalho é a utilidade dos bens.

Se o homem, a princípio, contentava-se na maior parte com o que a natureza desajudada lhe oferecia às necessidades; mais tarde, em algumas partes do mundo – onde o aumento da população e da riqueza, com o uso do dinheiro, tornara rara a terra e de certo valor -, as diversas comunidades fixaram limites dos respectivos territórios e, por meio deles, dentro deles, regularam as propriedades dos homens particulares na sociedade, e dessa maneira, por meio de acordo e pacto, estabeleceram a propriedade que o trabalho e a indústria tinham começado.

Era estrambótico, tanto quanto desonesto, guardar mais do que pudesse utilizar. E se trocasse ameixas que apodreciam em uma semana por nozes que o alimentavam durante o ano, não causaria dano, não desperdiçava a reserva comum, não destruiria parte da porção dos bens que pertenciam a terceiros (...) poderia acumular qualquer quantidade desses objetos duradouros,



não se achando o extremo dos limites da sua justa propriedade na extensão do que possuía, mas no perecimento de tudo que fosse inútil a ela. E assim originou-se o dinheiro – algo de duradouro que os homens pudessem guardar sem estragar-se, e que por consentimento mútuo recebessem em troca os sustentáculos da vida, verdadeiramente úteis, mas perecíveis (Locke, 1991, p.235)

No entanto, esta “justa propriedade” e o consentimento mútuo de trocas de “sustentáculos da vida” sofreram uma alteração que originou a partilha em desigualdade devido à diferença de valores entre os bens perecíveis e não perecíveis, como por exemplo, o alimento, o vestuário em comparação com o ouro e a prata.

(...) os homens tornaram praticável semelhante partilha em desigualdade de posses particulares fora dos limites da sociedade e sem precisar de pacto, atribuindo valor ao ouro e à prata, e concordando tacitamente com o uso do dinheiro; porque os governos, as leis regulam o direito de propriedade e constituições positivas determinam a posse da terra (...). Ia junto o dinheiro e a conveniência. Como o homem tinha direito a tudo em que fosse capaz de empregar o próprio trabalho, não sentia a tentação de trabalhar para obter mais do que pudesse utilizar (1991, p.235).

A preservação da propriedade é o objetivo principal da união dos homens em comunidade. Para atingir-se esse objetivo, muitas coisas faltam no estado de natureza: a) uma lei estabelecida, firmada, conhecida, recebida e aceita mediante consentimento comum, como padrão do justo e do injusto e medida comum para resolver qualquer controvérsia entre os homens; b) um juiz conhecido e indiferente como autoridade para resolver quaisquer dissensões, de acordo com a lei estabelecida.

Portanto, Locke, no *Segundo Tratado do Governo Civil*, expõem seus pressupostos sobre a relação entre trabalho e propriedade, em uma sociedade constituída dentro do pacto social. Cabe-nos questionar, para os objetivos desse artigo, em que medida esses pressupostos repercutem na proposta político-pedagógica do médico inglês, expressa no elogio à formação artesanal dos *Pensamentos sobre Educação*?

3. A concepção de homem como sujeito livre e político



Contra O Patriarca, Locke dirige *O Primeiro Tratado sobre o Governo Civil*; depois desenvolve *O Segundo Tratado* em contraposição às idéias de Hobbes. Neles, Locke sustenta que a sociedade e, conseqüentemente, o poder político nasce de um pacto entre os homens. Antes desse acordo, os homens vivem em estado natural.

O autor de *O Leviatã* pretende justificar o absolutismo. A diferença entre os dois resulta basicamente do que entendem por estado natural (Martins & Monteiro, 1991), acarretando diferentes concepções sobre a natureza do pacto social e a estrutura do governo político. Assim, para Locke:

Não é qualquer pacto que faz cessar o estado de natureza entre os homens, mas apenas o de concordar mutuamente e em conjunto, em formar uma comunidade, fundando um corpo político (...). Temos a clara diferença entre estado de natureza e estado de guerra, que muito embora certas pessoas tenham confundido, estão distantes um do outro (...). Quando os homens vivem juntos conforme a razão, verifica-se propriamente o estado de natureza. Todavia, a força, ou um desígnio declarado de força, contra a pessoa de outrem, quando não existe qualquer superior comum sobre a Terra para quem apelar, constitui estado de guerra; e é a falta de tal apelo que dá ao homem o direito de guerra mesmo contra um agressor, embora esteja em sociedade e seja igualmente súdito (Locke, 1991, p.221-223).

Para Locke, no estado natural “nascemos livres na mesma medida em que nascemos racionais”. O estado natural é a condição na qual o poder executivo da lei da natureza permanece exclusivamente nas mãos dos indivíduos, sem se tornar comunidade. Todos os homens participam dessa sociedade singular que é a humanidade, ligando-se pelo liame comum da razão.

4. Princípios empiristas aplicados à educação

No *Tratado Sobre o Entendimento Humano*, Locke reitera suas afirmações sobre a formação humana contidas nos *Pensamientos sobre La Educacion*, reforçando a defesa do



ensino específico à classe burguesa, baseado na epistemologia empirista. Defende a idéia de que há várias disposições naturais, diferentes inclinações e defeitos particulares que se podem encontrar nas crianças e é preciso prescrever “remédios” adequados. Destaca as características individuais das pessoas e a necessidade de intervenção educativa igualmente diferenciada. Locke compara as habilidades cognitivas à fisionomia própria de cada um, ou seja:

A mente de cada homem tem algum rastro particular, igual ao seu rosto, que o distingue de todos os demais e possivelmente não haja dois meninos que possam ser guiados por um método totalmente idêntico (1986, p.286).

Para o epistemólogo inglês, as faculdades e potencialidades com as quais nascemos nos capacitam quase para qualquer coisa, e pelo menos podem nos conduzir muito mais distante do que poderíamos imaginar. Porém, somente o exercício dessas faculdades nos proporciona a capacidade e a habilidade e nos conduz à perfeição (Ibid.). Aqui se verifica uma tensão no pensamento de Locke, ou seja, disposições naturais versus tábula rasa.

Apoiado na concepção médico-empirista, Locke afirma que dificilmente alcançará um lavrador, de mediana idade, o porte e a linguagem de um cavalheiro, mesmo que seu corpo esteja igualmente proporcional, suas articulações sejam iguais e flexíveis e seus talentos naturais não sejam inferiores de modo algum. Com a mente acontece o mesmo que com o corpo: graças à prática chega-se a ser o que se é. Criticando o inatismo, o epistemólogo defende que a maior parte das excelências que se consideram como *dons naturais*, em um exame mais atento resultam ser um produto do exercício, que mediante a repetição das ações os eleva às alturas.

Creio que um príncipe, um aristocrata e o filho de um burguês corrente, deveriam ter diferentes formas de criação, educação, conforme expus nos *Pensamentos sobre Educação*, referidos ao fim principal e aos objetivos da educação, e pensados para o filho de um burguês a quem, sendo muito pequeno, eu considerarei simplesmente como uma folha em branco ou como cera que se pode moldar e trabalhar segundo o gosto de cada um (1986, p.275).

Sobre educação, Locke afirma que ela é a causa da desigualdade entre os homens:



(...) de todos os homens com que tropeçamos, nove partes de dez são o que são bons ou maus, úteis ou inúteis, pela educação que receberam. Esta é a causa da grande diferença entre os homens. Estas diferenças iniciam nas menores e mais insensíveis impressões que recebemos na nossa mais tenra infância e tem conseqüências muito importantes e duradouras (Locke, 1986, p.32)

Se a educação cria as diferenças, parece que daí deveria seguir a utilidade e necessidade daquela para realizar estas. Porém, as desigualdades sociais não inquietam Locke. Ele estava convencido de que todo mundo está bem onde está, de que não se trata de empregar a educação para acabar com as diferenças, mas para adaptar-se a ela:

Ao tratar da educação, não tenho outro propósito de falar mais do que se refere a um cavalheiro, pois ninguém é obrigado a saber tudo. O estudo das ciências em geral é assunto daqueles que vivem comodamente e que dispõem de tempo livre. Os que dispõem de empregos particulares devem entender suas funções; e não é insensato exigir que pensem e raciocinem sobre o que forma sua ocupação cotidiana (Locke, 1986, 287).

É interessante como Locke faz um diagnóstico realista acerca dos “defeitos e debilidades do entendimento dos homens”, pois esses “se devem à falta de um uso correto de suas próprias mentes”. Ele aponta que “a culpa é a ausência de um exercício apropriado que permita melhorar tais faculdades”. Fica evidente que ele está descrevendo o resultado da divisão do trabalho na vida das pessoas. Ele percebe a influência de uma formação parcial, fragmentada, quando diz que: “com freqüência, uns homens que nos parecem destros e agudos para o comércio, resultam absolutamente estúpidos sobre assuntos de religião” (1986, p.288). No entanto, Locke não faz referência em nenhum momento à divisão do trabalho como causa desta (de) formação fragmentada e nem aponta como solução a abolição dessa estrutura social.

Ele descreve os tipos diferentes de educação, mas não as problematiza. Não pergunta por que há tamanha diferença na instrução e nos tipos de conhecimento. Ao contrário, vê como uma realidade determinista, irrevogável. Isto porque ele naturaliza a divisão social.



5. Alguns princípios modernos da Educação de Crianças

A grande falta que Locke observa no modo como as pessoas educam seus filhos é a de não terem cuidado com eles na ocasião oportuna, de formar seu espírito na disciplina, habituá-los a render-se ante a razão na idade em que são mais flexíveis. É preciso estabelecer limites, padrões morais, na idade certa.

(...) os pais amam seus filhos e esse é seu dever, porém com freqüência amam seus defeitos com suas pessoas... corrompem em seus filhos os princípios da natureza e se lamentam logo ao provar das águas amargas quando são eles os que envenenaram a fonte...quando crescem os meninos, e com eles seus maus hábitos, quando são demasiadamente grandes para serem dobrados e os pais não podem fazer deles seus joguetes, então não se tem mais que lamentos (1996, p.67).

Ele compara o desejo de liberdade dos meninos aos animais irracionais, em uma clara alusão aos princípios behavioristas – psicologia educacional fundamentada no empirismo. Na ausência de limites e disciplina:

Os pais os encontram [os filhos] indóceis e perversos. Faça um ensaio com um cachorro, um cavalo ou com qualquer outro animal e verá se é fácil desenraizar quando são grandes os males e nenhum desses animais são tão voluntariosos, tão fogosos nem tão ávidos de conquistar o governo de si mesmo e dos demais como o são as criaturas humanas (Ibidem).

Há pontos positivos no pensamento educativo de Locke em relação à sua época. Locke considera que o aspecto mais importante da educação não são a instrução e o saber acumulado, mas a formação de costumes éticos. O propósito da educação é dominar a natureza.

O menino não é mau, nem anti-social por si mesmo, porém tende a comportar-se de acordo com a lei natural, a mesma e cuja insegurança os homens quiseram escapar mediante o contrato social. A educação se propõe fazê-los renunciar a este estado desde pequenos, e seu método consiste na disciplina e severidade (Idem, 17).



O castigo somente deve ser empregado no terreno da formação dos costumes, e unicamente quando não se conseguiu convencer o menino argumentando. Deve-se propiciar a inclinação do menino ao estudo sem recorrer à vara, o que deve guiar essa eleição são a idade e a inclinação da pessoa. É preciso evitar a violência e não exigir, obrigar o menino a trabalhar forçado. A violência e a força geram aversão.

Locke também sugere prestar a máxima atenção à natureza particular do menino, a sua inclinação dominante, considerar o que lhes falta, prevenir os vícios e os defeitos e procurar todas as vantagens. Da temática renascentista, Locke conserva a idéia de formar espíritos ordenados e críticos, capazes de autonomia de juízo: que o homem saiba colocar a necessária distância entre si mesmo e as opiniões que lhe transmitem os demais, que as examine e aceite ou não criticamente.

Locke destaca a importância de se ensinar às crianças hábitos úteis, como a natação. Quando elas ficam maiores é preciso deixá-las mais livres e abandoná-los às suas próprias condutas, assim a prática se estabelece em hábitos.

Critica a “ignorância” das mães e das amas da época em relação ao conhecimento sobre a formação dos corpos infantis. Compara as pessoas que cuidam das crianças com macacos: “há pessoas tão parecidas com macacos, poucos superiores em conhecimentos com estes animais que perdem seus filhos por uma paixão insensata, os sufocam, abraçando-os fortemente” (1986, p.44).

Para ele, a educação das meninas deve-se aproximar cada vez mais da educação, do “enrigecimento” dos meninos, pois assim, *maiores vantagens receberão no resto de suas vidas* (1986, p.42). Portanto, Locke demonstra uma preocupação ínfima com a educação das meninas do mesmo modo que pouco se preocupou com a educação dos filhos dos trabalhadores.

6. Os preceitos para a educação do jovem cavalheiro



O livro *Pensamientos sobre La Educacion* é uma compilação de cartas escritas por Locke e enviadas ao seu amigo Conde de Shaftesburg com preceitos para a educação do jovem cavalheiro – futuro homem de negócios. No texto verificaremos que Locke dirige-se ao filho do Conde ora como criança ora como jovem. Afinal, à época não havia compreensão sobre as distintas características trazidas posteriormente pela psicologia do desenvolvimento.

Na dedicatória a Eduard Clarke, Locke afirma que é um conjunto de cartas, enviada ao amigo em diferentes tempos e em distintas ocasiões. Trata-se muito mais de conversas privadas de dois amigos do que de um discurso concebido com destino ao público.

Tenho sido consultado nestes últimos tempos por muitos pais que se confessam confusos quanto ao modo de educar seus filhos e a precoce corrupção da juventude. Este conteúdo oferece matéria de correção, porque os erros em matéria de educação devem ser mais imperdoáveis que os outros. Estes erros conduzem a ulteriores e incorrigíveis infecções (Locke, 1986, p.26).

Ele deseja que o filho do conde o jovem cavalheiro seja “modelo”, “espelho” para a sociedade. Acredita que educar bem as crianças é o dever e a missão dos pais e o bem estar das prosperidades das nações dependem muito disso. O modo de educar a juventude, em relação com sua diversa condição social é “o modo mais fácil, breve e adequado para produzir homens virtuosos, hábeis e úteis em suas distintas vocações, e a vocação ou profissão de que mais deve cuidar-se, é a do cavalheiro” (1986, p.28).

A principal missão de Locke é a formação da juventude que tem como futuro ser um homem de negócios. Dessa juventude depende o bem-estar e a prosperidade dos proprietários. Os demais jovens, também, devem ser hábeis e úteis em suas distintas vocações. Afinal, cada um é útil e em sua posição social – os que dirigem e os que trabalham:

Minha missão é fazer compreender que educar bem os meninos é de tal modo o dever e a missão dos pais e o bem estar e a prosperidade das nações depende dele. O modo de educar a juventude, em relação às diversas condições, é também o modo mais fácil, breve e adequado para produzir homens virtuosos, hábeis e úteis em suas distintas vocações e que a vocação ou



profissão de que mais se deve cuidar, é a do cavalheiro. (1986, p.25).

Nesse contexto, lê-se no primeiro capítulo dos *Pensamentos sobre Educação*, o tratado sobre os cuidados para com o corpo. Utiliza-se da máxima grega “Um espírito são em um corpo são”. Ela é uma descrição breve, porém completa de um estado feliz neste mundo, pois “a felicidade e a desgraça do homem são, em grande parte, sua própria obra”, portanto, “é preciso saber dirigir seu espírito sabiamente” (1986, p. 31).

As idéias renascentistas, centradas na recuperação da cultura clássica e da idéia de formação humana integral que os gregos denominaram Paidéia e os romanos Virtus ou Humanitas, estavam reduzidas na época de Locke à aprendizagem formal do latim e do grego e das regras mais abstratas das artes do Trivium. Frente a isso, Locke reivindica o ensino do Quadrivium. A lógica, a retórica e a gramática não deveriam ter muita dedicação do jovem cavalheiro. O que este deveria aprender eram as ciências naturais (Enguita, 1986, p.18).

Há outros aspectos que considera básicos na educação do jovem cavalheiro: educação feita em casa, com um tutor de confiança, o destaque no ensino de esgrima, de equitação, do baile, as boas maneiras, aprender um ofício mecânico de trabalho manual como recreio e divertimento.

7. Aprender um ofício manual: a divisão de classes na relação entre trabalho e educação

Locke reconhece e valoriza os hábitos dos camponeses e trabalhadores, recomenda-os à educação do jovem cavalheiro, porém, em momento algum sugere a integração entre eles. Pois, para ele, a convivência com “pessoas de outra classe”, principalmente os criados, é a fonte de todos os maus hábitos, os vícios e má educação. Ele está na esteira dos moralistas do século XVII que, conforme Ariès, a insistência dos moralistas religiosos em separar as crianças do mundo diverso dos criados (1981, p.144).

O resultado da exposição aos efeitos da natureza nos trabalhadores é o enrigecimento



do corpo e dos hábitos do espírito:

Se o colocarmos cuidadosamente sob o abrigo das injúrias do tempo e não os expomos nunca ao sol, nem ao ar, por medo de que se lhes manchem a tez do rosto, será este um bom modo de fazer um jovem lindo, porém não um homem de negócios (1986, p.42).

Chama a nossa atenção o corte epistemológico feito por Locke entre os conhecimentos e habilidades dos trabalhadores que ele prescreve ao jovem cavalheiro, mas, sem intenção nenhuma de interação entre os dois grupos.

Marca a diferença entre as pessoas e a distinção de classes quando prescreve os hábitos alimentares, a moderação na saúde repercute no manejo dos negócios. Ele diz:

Não creio que todos podem comer igualmente, porque uns têm o estômago muito débil e outros os têm muito robusto, porém estou persuadido que há gente gluttona e gulosa por costume. Os proprietários do mundo se criavam com sobriedade. Aos cavalheiros romanos jovens não lhes faltavam forças no corpo, nem vivacidade no espírito porque não comiam mais que uma vez ao dia. Os romanos julgavam esta espécie de moderação tão necessária à saúde e ao manejo dos negócios” (1986 p.48-9).

Os pais que se preocupam com a saúde de seus filhos e desejam que não sejam pouco inteligentes e doentes, não devem preocupar-se de carregar o estômago do filho, ao menos que seja de pão somente. E não se pense que isto é inadequado para um menino de posição e condições. Um cavalheiro deve ser educado de maneira que possa ser capaz de levar as armas e ser soldado (1986, p.51).

Depois de tomar as devidas precauções para conservar o corpo forte e vigoroso, para que possa obedecer e executar as ordens do espírito indica que a próxima tarefa é a de “manter reto o espírito para que esteja sempre disposto a não consentir nada que não esteja



conforme a dignidade e excelência de uma criatura racional” (Idem, p.65).

Em uma época onde o ensino escolástico restringia as crianças e os jovens às atividades sedentárias, Locke chama a atenção para as artes manuais, pois para serem apreendidas e para serem praticadas exigem o trabalho do corpo têm por resultado não somente aumentar a destreza e a habilidade pelo exercício, mas também fortificar a saúde, sobretudo, aquela com os quais se trabalha ao ar livre.

Locke reconhece o quanto é necessário para um jovem a aprendizagem de um ofício manual. Locke não faz a prescrição médico-educativa dirigida a todos os jovens, mas, especificamente, ao jovem cavalheiro, futuro homem de negócios. Sua posição em defesa a uma classe social específica está presente desde o início do texto, onde podemos ler: “Porque eu quero falar da necessidade de um ofício se pretendo educar um cavalheiro cuja condição não parece compatível com um ofício? E além de ser ofício é um ofício manual?” (1986, p.262).

Sua justificativa é de que os ofícios manuais tais como a agricultura é o primeiro ofício do homem, o mais honrado, o mais útil e o mais nobre. No entanto:

Bem considerado, o ofício que eu mais desejaria que fosse do gosto de meu aluno é o de marceneiro. É limpo, é útil, pode-se exercitar em casa, mantém o corpo em atividade suficiente; exige do trabalhador destreza e indústria e, na forma das obras que a utilidade determina não se exclui a elegância e o bom gosto (1986, p.263).

Para o jovem que habita no campo, Locke propõe, em primeiro lugar a jardinagem ou a agricultura, depois o trabalho em madeira como carpintaria, tornearia ou marcenaria.

No que se refere à educação dos filhos do povo pobre Locke era, comparando com a formação do gentil cavalheiro, pouco ambicioso. Vejamos este extrato do que se considera seu projeto de escolarização popular (que nunca foi concretizado):

Quando se encontra um menino ou uma menina de menos de quatorze



anos de idade, mendigando fora da paróquia em que habita, se está em uma distância de cinco milhas de sua paróquia, serão enviados à Escola do Trabalho mais próxima, ali serão açoitados e trabalharão até tarde, para serem mandados embora com tempo de chegar a seu lugar antes de anoitecer. Ou se vivem além de cinco milhas do lugar onde foram encontrados, serão enviados à casa de correção mais próxima e ali ficarão aplicados ao trabalho por seis semanas (Apud Enguita, 1986, p.21).

Locke segue advertindo que é preciso dirigir o aluno a algo que seja útil à inclinação ativa do menino. As vantagens que ele obterá dos exercícios que o ofício lhe propõe podem reduzir-se a duas categorias: 1) Há casos em que a habilidade que adquirem pelo exercício é estimável em si mesma; isto ocorre não somente com o estudo das línguas e das ciências, mas também com a pintura, com a arte de tornear, com a jardinagem, com a arte de modelar o ferro e trabalhá-lo, e com todas as demais artes úteis; 2) Há casos em que o exercício é útil ou necessário à saúde.

Os primeiros destes conhecimentos são considerados tão necessários que os meninos os adquirem durante sua idade juvenil, que devem consagrar uma boa parte de seu tempo, mesmo quando estas ocupações não contribuem em nada para a sua saúde como, por exemplo, a leitura, a escrita e todas as atividades sedentárias que têm por fim os estudos e que ocupam uma boa parte do tempo do cavalheiro, logo que nasce.

Mas as atividades manuais ocupam um espaço secundário na formação do jovem cavalheiro. Elas ficam restritas ao “recreio”, afinal, estudo é o que deve constituir a ocupação mais séria de um cavalheiro e quando tem necessidade de descanso e diversão, é preciso que busque no exercício corporal a distração do espírito e fortifique ao mesmo tempo a saúde e o temperamento.

A marca principal da proposta de formação humana do médico inglês está no caráter de classe que reiteradamente distingue trabalhadores manuais e não-manuais. Para Locke, os recreios não foram feitos para os homens que não conhecem o trabalho dos negócios e que



não estão fatigados e esgotados pelas ocupações de seu cargo. A grande arte consistirá em dispor de horas de recreio de tal maneira que se pudesse durante elas repousar e refrescar as faculdades que foram exercitadas e fatigadas, e fazer, ao mesmo tempo em que, ademais o prazer e o repouso do momento, assegure alguma vantagem no porvir.

Não são diversões convenientes as cartas, os dados e a bebida. Quem as utiliza são pessoas que não podem suportar o peso de um ócio absoluto, o aborrecimento de não fazer nada e como não aprenderam nunca a arte manual útil que possa diverti-los, recorrem, para passar o tempo, a estas diversões frívolas e maléficas (p.267).

O utilitarismo da concepção educativa de Locke reforça seu caráter classista: a sede de conhecimentos deve ficar limitada àqueles que do ensinamento ou da literatura fazem sua forma de vida; os demais devem aprender o que convenha ao seu papel neste mundo, e é bem evidente que neste mundo existem papéis para o que se precisa ou exige saber muito pouco.

8. Considerações Finais

Portanto, inferimos que, para Locke, formação artesanal teve como principal finalidade o descanso, a distração, no intervalo das atividades principais do jovem cavalheiro. Ele foi um dos poucos pensadores que apresentou uma relação perfeitamente orgânica com as inquietações e interesses de uma classe – a burguesia ascendente (Enguita, Prólogo, 1986, p. 09), pois sua proposta político-pedagógica não teve fins universalistas, mas um óbvio caráter de classe.

As indicações formativas profissionalizantes são dirigidas à juventude que representa os futuros homens de negócios, encarregada de manter a propriedade. Enquanto que para os filhos dos trabalhadores que perambulam pelas ruas, em situação de miséria, ele recomenda as Escolas do Trabalho, ou seja, um sistema corretivo típico das “instituições totais”. Ele não trata de empregar a formação profissionalizante para acabar com as diferenças entre as pessoas, mas propõe que estas se adaptem a elas. A relação entre trabalho e educação é



cindida, hierarquizada, e classista.

No que se refere aos princípios da educação infantil, percebe-se a visível preocupação dos moralistas de sua época – o século XVII - e o surgimento de um novo sentimento – a inocência - e cuidados em torno da infância (descritos na pesquisa histórica de Ariès, 1981). Verifica-se que Locke – com seus preceitos médico-empiristas propõe o cuidado integral da criança baseado no princípio grego: corpo são em mente são.

O corpo infantil do menino burguês precisa ser exercitado com esportes e jogos educativos, assim como ser expostos aos benefícios da natureza, exercer um ofício manual, mas nunca para ser igualado aos trabalhadores do campo e trabalhadores manuais. Mas, exclusivamente para o lazer, o descanso das atividades intelectuais. Do mesmo modo, o espírito infantil precisa ser afastado dos vícios, ou seja, bebidas alcóolicas e jogos de azar.

Hoje, percebe-se o quanto os princípios educativos de Locke foram incorporados aos processos educativos especialmente à educação de crianças. Eles estão refletidos tanto nos processos formais quanto informais (educação dada pelos pais, por exemplo) quanto nas políticas públicas de direitos e proteção à criança. No entanto, apesar de tais conquistas na psicopedagogia o caráter de classe ainda está muito presente nos processos educativos, nas institucionalizações de nossa sociedade, vide programas voltados à realidade de crianças pobres como é o caso do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Uma das grandes lacunas desse modelo é superar a defasagem existente entre a idade cronológica e a série escolar da criança e incluí-la na sociedade e na escola. Pode-se considerar isso como um dos grandes problemas da educação atual. O que poderia ser resolvido caso a educação integral prevista na atual LDBEN fosse implementada.

9. Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. RJ: Ed. LTC, 1981.

LOCKE, John. **Ensaio Acerca do entendimento Humano; Segundo Tratado sobre o**



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ
Centro de Ciências Humanas

Revista Homem, Espaço e Tempo

Março/2010

ISSN 1982-3800

Estado. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Coleção Os Pensadores.

_____. **Pensamientos Sobre la Educación.** Prólogo de Mariano Enguita. Madrid: Akal, 1986.

MARTINS & MONTEIRO, 1991, p.X, Introdução, **Locke**, Coleção Os Pensadores.